

Ciclo de Palestras sobre Remuneração no Judiciário Federal

Realização: SITRAEMG

Data: 21/08/2010

Palestrante: Conselheiro Dr. Paulo de Tarso Tamburini – Juiz de Direito do TJMG e Membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Parte 01

Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer o convite. Nós sempre conversamos no tribunal e não vamos deixar nunca de conversar. E não importa em que condições ou cargos estejamos, porque eu acho que todos nós trabalhamos pelo mesmo ideal, da mesma forma. Eu sempre fui um defensor ferrenho para acabar com essas desigualdades de tratamento.

Os juízes são funcionários públicos e tem que trabalhar junto com os funcionários, como um time, uma equipe, onde há somente uma divisão de trabalho. E esta tem sido sempre, desde quando eu estava no tribunal, a posição que eu ocupo.

Em segundo lugar, eu gostaria de dizer que eu não estou aqui representando o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Eu sou um juiz do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que fiquei no Tribunal Regional Eleitoral, de onde eu conheço a grande maioria, e também dos agentes de segurança que me adotaram.

E gostaria simplesmente de trazer alguma contribuição para o debate. Uma vez que já se esgotou a nossa competência, e sobre o que está posto, nós podemos até conversar um pouco.

Mas, eu quero que fique bem claro para que depois não digam que o Conselho falou isso, ou falou aquilo. Eu estou aqui como amigo de vocês que aceitou um convite para vir conversar.

Posso apenas relatar o que aconteceu no nível do Conselho, mesmo porque acho que todos já sabem, e trazer algumas idéias minhas, pessoais, para enriquecer este debate ou talvez tumultuá-lo ainda mais.

Eu gostaria de dizer o seguinte: Primeiro lugar, a nossa experiência da magistratura com o subsídio. Acho que as outras pessoas estiveram aqui e fizeram este debate, de adaptação do subsídio em relação às outras carreiras. Bom, nós tínhamos na magistratura, e aí havia uma grande divisão antes do CNJ, cada magistratura ou cada justiça especializada. Não vamos nem dizer cada magistratura, pois era uma ilha isolada.

E cada um, vamos dizer na linguagem popular, atirava para um lado. É evidente a diferença gritante da Justiça Federal e das Justiças Federais - a Justiça Federal, a Justiça Militar da União, a Justiça Eleitoral e a Justiça do Trabalho. Elas têm uma realidade completamente diferente das Justiças Estaduais que têm 80% da competência dos litígios sociais e tem quase 2/3 dos magistrados do país ou mais de 2/3 dos magistrados do país. E, portanto muito mais funcionários do que as Justiças Federais.

Um dia eu peguei meu contracheque, eu nem sabia o que era aquilo de tanta coisa que tinha escrito de um lado e de outro. Colocando com uma mão e tirando com a outra. A raiva que a gente passa com a segunda coluna é indescritível. Porque o cara olha uma tabela dessas (e eu gostaria muito que vocês fizessem questão de frisar, em qualquer debate com a sociedade), e o que é que se deduz deste salário? E o que é que entra na sua conta para você gastar, em termos bem populares?

Porque todo mundo diz que nós somos uma casta e uma classe de privilegiados porque o cara começa ganhando nove mil reais. Ninguém começa ganhando nove mil reais. Nove mil reais é um título, é um rótulo que é tomado na segunda coluna.

E então você vê o que sobra. Eu acho isso extremamente importante porque quando o cidadão chega e diz assim: - O subsídio da magistratura é de vinte e cinco mil o teto. Vinte e cinco mil é o teto no papel. Tira 27,5% do imposto de renda, tira previdência social, tira associação, tira plano de saúde que não devíamos pagar, a União devia dar, o Estado devia dar, mas tem que pagar porque não dá.

E aí vocês vão descontando aquela quantidade de coisas, quando vê, não sobra nem a metade. Eu garanto que falo por todo mundo. O desgosto é tão grande que a maioria de nós não olha o contracheque. Só pega e guarda, sem abrir. Eu não abro mais para não sofrer. Porque o cara fala, teve aumento, mas o meu salário está diminuindo, por quê? Porque inventaram um negócio novo.

Aí inventavam também as gratificações para aumentar salário, vocês se lembram daquela época do auxílio moradia? Que era uma gratificação, tira um e põe o outro? E virava aquela anarquia de coisas penduradas que a gente não conseguia entender. Outros incorporavam uma coisa e desincorporavam outra, era pior que centro espírita.

Não dava para entender. E outra, você não sabia o tempo da incorporação e da desincorporação também, quanto tempo ia durar aquilo.

Às vezes tinha que tirar do banco antes de desincorporar. Chegou a acontecer, por isto que eu estou dando o exemplo, informaram uma coisa e tiraram no sábado.

Então houve essa discussão inteira de como vai ser, o que vai ser. E tinha ocorrido a mesma discussão nas forças armadas a respeito do soldo. Então o soldo era algo assim também, trezentos reais, e daí vinham dezoito coisas na coluna que compunha o salário: auxílio parlamento, auxílio não sei o que. Tinha muito auxílio? Mudava o nome, gratificação não sei de que, pára-quedas, mergulho, viagem espacial, alguma coisa assim.

Então resolveram juntar aquilo tudo e compor o soldo seco. E fizeram aquilo. Ai nós entramos nessa longa discussão. Eu confesso a vocês que na época, por imaturidade, julguei que o subsídio era a melhor opção. E hoje eu confesso a vocês que tenho minhas convicções profundamente abaladas. Por quê? Porque hoje nós temos um subsídio seco, acabaram-se coisas que eu pessoalmente acho que não podem acabar. Porque é tratar desigualmente os desiguais ou as situações desiguais.

Que não é a lógica da administração pública. Por exemplo, eu tenho 25 anos de serviço público, se pudesse aposentar proporcional, saía o ano que vem, mas se eu for punido eu posso. Mas se eu não for punido...eu não posso.

Mas eu não quero ser punido, então eu vou ficar. Mas eu perdi todos os meus adicionais por tempo de serviço, porque eu só ganho o subsídio hoje. E um juiz, com 25 anos de idade, o que eu tenho de trabalho na magistratura, entra ganhando 10% a menos do que eu.

Em cinco anos se ele for carreirista, ele ganha a mesma coisa que eu. Então eu pergunto a vocês: É justo? Em termos de maturidade, em termos de experiência, em termos de dedicação ao trabalho, devoção e qualidade de trabalho. Porque é lógico que, por mais burros que nós sejamos, se nós repetirmos a mesma coisa por vinte anos, a gente aprende.

Eu estou dizendo isso porque Oscar Wilde dizia que “experiência é o nome que damos aos nossos erros”. A gente aprende com os erros, aprende com a maturidade. Eu não estou fazendo a defesa teórica do direito administrativo, eu estou falando em uma linguagem simples que é a linguagem que eu tento passar para a sociedade.

Porque o cidadão não quer saber de teoria de Pietro. Ele quer entender as coisas e ver números crus como a imprensa divulga e isto nos arruína a imagem. Não sabem o que nos sobra e o que nos custa. Mas esta era a primeira consideração.

Olha, o subsídio é justo na medida em que, volto a dizer, são opiniões pessoais que eu estou dando. É que eu fiz essas ponderações quando julgamos esta proposta. Quando aprovamos esta proposta no Conselho. Cada proposta que se coloca de qualquer ordem, seja a de reformar uma sala, a proposta de planejamento estratégico, é o que nós estamos lutando nesse Conselho.

Transparência e planejamento estratégico, desde o primeiro dia que eu cheguei lá, eu luto por isso. Por quê?

Transparência. Nós somos funcionários públicos, nós devemos satisfação ao povo. Eu sou o maior defensor dos SIAFS estaduais, para que os Tribunais Estaduais tenham que publicar tudo o que estão gastando e aonde. Para que o povo, os seus servidores, saibam para onde está indo esse dinheiro.

Como já acontece no serviço público federal. Você ganhou diária? Joga o seu CPF lá e eu quero saber o quanto você ganhou.

Porque é que os estaduais não tinham isso? Por isso que nós mandamos publicar tudo, porque que é que temos que esconder salário? Olha gente, eu acho que aqui eu estou confortável para falar, por que aqui todos têm uma média até maior do que eu de serviço público.

Havia uma época, quando eu entrei na magistratura, que eu não conseguia no meu primeiro dia saber quanto eu ia ganhar, porque era segredo de estado. Deixa vir o contra-cheque. Era assim ou não era? Respondam.

Ah, você vai ganhar tanto, mas tem um negócio aí que aumenta, chamava assim “um negócio”, porque nós não sabíamos o que era. Isso tem que acabar. A lógica da transparência é esta, porque nós não temos nada para esconder, nós não somos bandidos, não estamos roubando nada de ninguém. Nós fizemos concurso público, e os salários estão publicados e nós temos que saber sim quanto nós ganhamos. Mas tem que saber quanto todo mundo ganha.

E o que é que está sendo gasto e onde está sendo gasto. Por isso que eu também passei a ser um grande defensor da resolução em que nós todos, que trabalhamos no poder, temos que participar da elaboração do seu orçamento. Porque somos nós os destinatários da direção dele.

Parte 02

Então agora há o contra argumento. Eu garanto a vocês que se vocês juntarem quatro amigos e forem para uma mesa de bar, não chegarão ao consenso quanto ao menu. Nem da bebida.

Cada um acha que está certo, e briga, enquanto podiam fazer um consenso. Porque é que eu estou dizendo isso? E permita-me, eu estou aqui inteiramente aberto ao debate, eu acho que nós todos temos nossos prós e contras, até mesmo sobre a nossa própria vida. E a minha sugestão a vocês, que são organizados seja com o nome de sindicato, federação ou associação. Eu

particpei de associações de magistrados nessa época toda, e eu sei como funciona isso.

O grande perigo que acomete uma agremiação, e, com o nome agremiação acho que incorporo, aliás, não incorporo nada. Eu abranjo tudo, é a autofagia. Este é o grande perigo. Quando começamos a ter uma dissidência, é normal a troca de argumento e posições. É democrático. Mas quando esta troca de argumentos firmam-se posições e estas posições declaram uma guerra interna, passa a ser autofágico.

Quem é que ganha? Ninguém, todo mundo perde!

Então, por exemplo, apesar de ter desincorporado tudo com o subsídio, eu não consigo prever o futuro. Não sei o que vai acontecer.

Eu digo para vocês e tentem perceber a lógica do sistema que está por trás disto. Quando o consenso propôs, e participando democraticamente com todo mundo, a elaboração de uma proposta, chegou-se a uma proposta. Que é essa que foi encaminhada, aprovada e está no Congresso Nacional e foi encaminhada pelo Presidente do Supremo.

Eu, Paulo Tamborini, não acredito na hipótese do Presidente do Supremo, ou do Conselho ou do Supremo, mudar de idéia depois de ter encaminhado um projeto ao Congresso Nacional. Não acredito. Porque o que é que vai acontecer? O Presidente da República vai chegar para ele e vai dizer: - Mas afinal o que é que você quer? Vai mudar de novo amanhã?

Porque há uma seriedade na República, quando um chefe de um poder encaminha um projeto de Lei que, para nós, foi debatido, foi discutido e essas idéias todas não foram vencedoras durante o debate. Aí o perdedor tem que acostumar a perder. Porque nunca vi ninguém reclamar quando ganha? Lá no Conselho Nacional de Justiça, nós só temos reclamações de quem toma bomba em concurso, quem perdeu, nunca vi ninguém que ganhou falar assim: - Eu quero revisão de prova.

Outro dia chegou um lá, que queria revisão da prova oral, porque ele não concordava.

Quer dizer, estas coisas são óbvias, nós do Tribunal Regional Eleitoral, quem trabalha na Justiça Eleitoral, sabe que nós nunca sequer recebemos reclamação de quem ganhou eleição.

Todas elas são de quem perdeu, e todas as supostas alegações de fraude (eu fui da Corregedoria aqui de Minas), eram de perdedores. Inclusive um que disse que o nosso sistema eleitoral era uma fraude, porque a sogra dele votou na sessão e não apareceu o voto dela.

Eu disse: - Troque de sogra, porque nós não vamos trocar de urna. Não tiramos coelhinho de urna. A sua sogra, lamentavelmente, incorporou na hora e pensou: não voto nele.

O que eu quero dizer é - este projeto, eu estou na obrigação de defendê-lo agora. Porque nós aprovamos este projeto. E o prazo para discussão e debates, se esgotou.

Porque estou dizendo isso, com todo o respeito a quem tem posição diferente, perderam no curso do processo democrático constitucional de debate destas questões. Agora podem brigar no Congresso Nacional para que se apresentem emendas ou não, mas, em minha opinião, com a experiência que tenho, isso só vai destruir o projeto. Isso só vai tirar dele a força.

Eu acho que, se quiserem apresentar, propostas inovadoras sejam de subsídio, seja do nome que der, se incorpora, se não incorpora, se é obsessoria entidade, ou seja lá o que for, apresentem para o futuro.

Façam um planejamento, mas estejam unidos nisso. Olha, eu tenho que ser humilde o suficiente pra dizer: a minha idéia não venceu no processo democrático de debate. E não adianta eu ficar dizendo que o fulano vai ganhar sessenta mil, o outro vai ganhar cinquenta mil, porque é injusto com A1, porque é injusto com Z3, porque daqui a alguns dias vai ter Z3...

Não adianta isso gente. Vocês todos acabam perdendo tudo. E estão num processo de que todos vão ganhar um aumento que não se tem notícia na República. De uma quantia substancial de 56%. Nós temos é que preparar o lombo para o chicote social. Não entre nós.

E olha que eu estou dizendo por que eu não vou ganhar 56%.

O meu é 14% e já estão dizendo que nós estamos roubando a República. Parcelado. Eu estava dizendo para ele, que quando se diz 14%, é só reposição inflacionária dos últimos cinco anos que nós não recebemos. Não estamos ganhando um centavo além. Mas todo mundo diz assim: - Olha, ninguém vai lá ao Senado, ver as outras titulações e verbas que saem. Mas só olham porque o subsídio é o retrato do que se ganha, é aquilo. Então acham que aquilo é muito.

Mas volto a dizer para qualquer categoria: eu não estou fazendo este discurso aqui para o SITRAEMG. Eu fiz este discurso na Associação dos Magistrados do Brasil, eu fiz este discurso na Associação dos Magistrados Mineiros e em todas as reuniões que participei na época do nosso martírio que foi a mesma coisa.

E também na hora da reforma previdenciária que dizia, olha vocês estão fazendo uma reforma equivocada, isso não vai salvar nada. Está aí o exemplo.

Daqui a alguns dias, volta ao que era antes. Tira a aposentadoria, e dá um aumento de cinquenta reais para cada aposentado. Aumenta o rombo da previdência.

Não se teve notícia de que aquela reforma foi salutar em alguma coisa ou se foi prejudicial a todos nós, que estamos trabalhando no serviço público.

Mas eu não vou voltar a discutir ela, mesmo porque ela vai voltar à discussão um dia. Da mesma forma que a política salarial do judiciário federal, ela vai voltar à discussão um dia.

O que eu sugiro é que vocês tenham coesão e humildade senão acabam perdendo tudo. É muita mão sendo enfiada no mesmo pote, ele quebra e ninguém tira nenhum biscoito.

É uma união que diz assim: - Olha, nós temos. Vou dar um exemplo para vocês: eu era um juiz comum, e adorava aquela posição. Eu decido e pronto. A parte não quer? Recorre.

Agora eu trabalho num órgão colegiado onde nós somos quinze. Eu chego e apresento o meu voto> O cidadão diz assim: não concordo com ele. Eu digo: ótimo, apresente sua razão. E todo mundo vota. Eu perdi. Eu vou adoecer porque eu perdi? Ora não. Era a minha posição e eu defendi, democraticamente, dentro do âmbito da minha competência. E as pessoas não concordaram, e a regra do jogo democrático é: perdeu, fazer o quê?

Vamos, na próxima, tentar organizar outra sistemática, por que senão fica um golpe interno. E eu vou dizer para vocês, não há nada mais prejudicial a uma guerra, a uma categoria ou a alguma coisa que se tem um grupo, do que um inimigo interno. Não há.

E o que eu acredito é: a providência mais salutar, se eu pudesse lhe aconselhar alguma coisa, é, o que foi aprovado pelo Conselho. O que foi negociado pelo Conselho e pelo Supremo. E apresentado pelo judiciário ao Congresso Nacional para que tenha força e ganhe. Tem que ser aquilo. Se fragmentarem o projeto todo mundo vai se julgar no direito de dizer: também não concordo com isso.

Porque se uma corrente conseguir direito de alteração, todas as correntes terão, por princípio democrático, o mesmo direito. E todas têm os seus simpatizantes. Daqui a pouco surge uma terceira corrente que não é nem o subsídio e nem esse. Porque sempre aparece alguém assim, vamos inventar uma terceira via que vai conciliar as duas e acaba brigando com as três. Até com eles mesmos.

Parte 03

O que eu digo é que: seria muito mais razoável, embora vocês que defendem uma posição, que não foi aquela que prevaleceu no envio do projeto, que debatam, que sugiram, para a próxima vez, algumas coisas, mas com coesão. Porque sem coesão (eu não acho que estou falando bobagem ou ensinando vocês a rezarem o Pai Nosso), não há possibilidade de se aprovar nada.

Porque, o que é que eu, como conselheiro vou dizer, e eu estou dizendo aqui para vocês, todo dia eu recebo, no meu gabinete, uma facção. E já não são só duas não viu, Alexandre. Todo dia vem lá, com um punhado de estudo em espiral, que diz assim: conselheiros... Aí eu digo assim: mas porque é que você vem me obsediar com essa idéia, se eu já votei? Já acabou e não tem jeito de eu “desvotar” e chamar o projeto de novo e inventar alguma coisa!

E outra coisa - eu sou o poder judiciário. O projeto está no Congresso Nacional, é poder legislativo. Eu não tenho nenhuma influência sobre o que está acontecendo lá. Vocês têm. Porque vocês têm acesso aos representantes do povo e aos representantes dos Estados: deputados e senadores.

Acho que a proposta que foi apresentada é, consideravelmente, razoável à categoria. Consideravelmente razoável, estou dizendo, porque eu também a conheci de perto. Agora, depois de enviada ao Congresso Nacional, eu já acho que passou o momento de se debater a alteração substancial no seu conteúdo. Porque vai dar a impressão de que nós somos totalmente desorganizados. E as forças que não querem, nem um nem outro, vão usar e abusar desta fragilidade e desunião. Isto é uma opinião de quem esta ali vendo como as coisas funcionam. E se temos chance de aprovar este projeto como temos, porque foi uma coisa negociada, nós perdemos esta chance. Porque vão dizer assim, olha, já que estão brigando, vamos discutir mais o assunto. É assim que o Congresso faz.

Estou dizendo o exemplo do nosso subsídio. Ficamos três anos nesse negócio: vamos discutir, tira, põe, tira, põe... Até que nós chegamos e dizemos assim: olha, nós vamos fazer 8% em duas vezes e depois discutimos o que nós perdemos e não nos deram.

Que foi exatamente o que fizemos agora. Não damos o que não nos foi dado. Mas ora, aquilo não era nada. Então vamos ganhar isto depois discutimos o resto. É uma lógica de estratégia de planejamento. Então eu acho que a própria convulsão do movimento sindical, da Justiça Federal, já não é um fator

positivo. Já não é um fator positivo porque estão dizendo assim: olha, nem eles se entendem... Essa é a imagem de fora.

Vejam bem, eu volto a frisar, não estou aqui defendendo propostas. Porque a minha decisão já foi colocada quando da votação do “troço” aí, no Conselho. E foi muito democrático, ninguém vai dizer que não foi.

Porque é que não vieram com essa idéia, defenderam e não arrumaram maioria para defendê-la? E passá-la na época?

Agora? Desculpem-me, não me parece o momento mais inteligente de fazê-lo. Não me parece, isso é opinião minha.

Podem me massacrar que não tem problema, já estou acostumado. Eu estou dizendo de experiência de um juiz que já participou de vários movimentos similares. E não pensem que dentro da magistratura tem uma corrente só não, tem um milhão. E o povo se mata, se bate na discussão das coisas.

Mas, chegou-se a um acordo, todo mundo fechou. Vamos fazer, para o próximo passo, a estratégia seguinte. Porque senão nós perdemos tudo. Então eu acho assim que, o momento político também já nós é desfavorável porque é um ano eleitoral.

Todo mundo que está lá, não quer nem saber do que está acontecendo, porque tem eleição para fazer.

Então depois da eleição nós vamos ver o que vai acontecer. Eu torço para que os nossos projetos (porque o judiciário não tem só esse projeto, têm muitos...) e vou dizer outra coisa a vocês: olha gente, vocês não têm idéia de como para mim é doloroso ver um projeto desses e olhar a situação das justiças estaduais. Porque quando vocês estão discutindo de nove para onze, os meus meninos estão com dois. E sem nenhuma perspectiva de passar pra três. Qual é a perspectiva deles? Sair de lá e vir para cá. E é o que vai acontecer, e está acontecendo.

Nós da Justiça Estadual, estamos perdendo os nossos melhores funcionários para a Justiça Federal. Não vou dizer que está errado, porque se eu fosse eles, eu faria a mesma coisa.

Nós temos que nivelar por cima e não baixar as coisas. Conquista é conquista. E poder não dá nada a ninguém, é tudo conquistado. Não há concessão. E se vocês conquistaram isto, briguem por isto. Num segundo momento, se organizem e se reorganizem para outro tipo de atividade, porque a fragilidade interna passa a ser visível externamente.

E aí, quem não quer dar nada a nós, não vai dar nada a nós.

Então eu acredito que, eu não sei se estou conseguindo passar minhas idéias, mas o que eu estou tentando é dizer o seguinte: isto aqui passou pelo Conselho Nacional de Justiça, houve discussões e discussões que demoraram meses. Passou por sindicatos e funcionários que também debateram, debateram. Chegou ao Ministro Presidente que disse: - Este é o resultado do consenso. Ele então entrega ao Congresso Nacional, que entrega ao Presidente da República e diz: - Esse é o nosso projeto. Como é que eu vou mudar agora?

Eu vou me arrepender? É uma questão de lógica. Olha, se mudarem durante o processo legislativo é outra história, não somos nós que estamos mudando, e outra coisa. Não vamos assumir o ônus do resultado que vai sair de lá depois.

Porque aí são vocês que estão metidos no processo legislativo. E eu acho que, todos que quiserem mudar, têm o direito democrático de pedir ao seu deputado, senador. O que eu estou dizendo é: cada facção é um voto a menos ou a mais para fortalecer o pedido.

Que já, sejamos honestos, não tem nenhuma simpatia social. Como o nosso subsídio também não. Aí a imprensa diz até que nós inventamos o gatilho. Não leram o negócio.

Aliás, temos até depois de explicar o óbvio. Porque até o Congresso declara inconstitucionalidade quando, é o próprio Supremo, quem mandou, a que cabe dizer o que é constitucional ou não. Vai mandar o negócio inconstitucional? É uma coisa assim, que nós temos que pensar um pouco.

Esta experiência que venho dividir com vocês é pessoal, e é isto que eu estou tentando fazer. É dizer que há uma lógica nesse processo e que nós temos que trabalhar com inteligência para saber as conseqüências. Não há efeito sem causa.

Temos que ver o que está sendo feito como efeito e o que isso vai produzir como causa, como conseqüência. Essas causas vão produzir resultados.

E estes resultados são favoráveis a nós como um todo ou não. E é evidente que qualquer projeto que for apresentado, alguém vai dizer que não gosta, que vai perder ou que o outro é melhor para mim. Mas o projeto não é para ele, é para a categoria inteira. São para cem mil funcionários. Não são para cinco.

Então Alexandre, é esta a contribuição que eu gostaria de deixar, os números que vocês buscam. Por princípio de transparência estão no site do Conselho de Justiça, no íconezinho que se chama: "Justiça Aberta" ou no outro que se chama "Justiça em números" e "Relatórios de diversos", tem lá tudo que vocês quiserem. Até a operacionalização como: quantos processos existem por juiz, no país inteiro. Coisa que antes não existia.

Então não preciso nem trazer, porque não me cabe discutir números nem valores. Eu estou tentando entrar na essência da dissidência, e o quanto ela é prejudicial.

A mim cabe dizer isto, mesmo porque a minha posição já foi tomada, e eu só estou tentando partilhar com vocês algumas idéias.

Estou aberto a conversar e discutir o que vocês quiserem, não tenho medo de apanhar, senão não estava aqui.

Obrigado.